



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

Campus Sabará
Direção Geral
Conselho Acadêmico
Rodovia MGC 262, Km 10 - Bairro Sobradinho - CEP 34564-070 - Sabará - MG
- www.ifmg.edu.br

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO ACADÊMICO DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS CAMPUS
SABARÁ, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE
2018.

No dia 12 do mês de dezembro de 2018, na sala T14 térreo, localizado no bairro Sobradinho na cidade de Sabará, reuniu o Conselho Acadêmico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais *campus* Sabará, doravante denominado, CA, sob a presidência da Diretora Geral Wanderci Alves Bitencourt. Estavam presentes os seguintes **conselheiros**: a Presidente do CA Wanderci Alves Bitencourt e o membros, César dos Santos Moreira, Daniel Bruno Fernandes Conrado, Gabriel Felipe Cândido Novy, Glauco Douglas Moreira, José Marcello Salles Giffoni, Ricardo Machado Rocha, Michelle Adriane Silva de Oliveira. **Como convidados**: Camila Cristina de Paula Pereira, Diego Oliveira Miranda, Daniel Neves Rocha, Érica Melanie Ribeiro Nunes, Felipe de Oliveira Luzzi, Filipe Bravim Tito de Paula, Gabriel Felipe Cândido Novy, Glauce Soares Mendes, Maria Aparecida Dias Venâncio, Raquel Aparecida Soares Reis Franco, Solange Auxiliadora Souza Carli. A Presidente Wanderci iniciou a reunião às 10h51min (dez horas e cinquenta e um minutos) apresentando a seguinte pauta: **Pauta I) Criação de novos cursos**. A Presidente declarou aberta a reunião e explicou que, pelo motivo de existirem muitas propostas, cada membro deveria fazer um relato da proposta de novo curso que será avaliada pelos Conselheiros com o tempo estimado de 30 (trinta) minutos. Completou informando que todos os Conselheiros receberam por e-mail os projetos dos cursos e a planilha para o cálculo de RAP, segundo ela, este procedimento possui a finalidade de tornar a reunião mais produtiva. A Presidente comentou sobre o número de horas/aula por semestre e citou como exemplo “um curso que possui (1.000) mil horas então em dois semestres ele contemplara (500) quinhentas horas”. Completou informando que cada aula no *campus* é de (50) cinquenta minutos e que, por esse motivo, para achar o número de aulas os membros devem “pegar” a carga horária em horas e multiplicar pelo fator (1.16...), pois o *campus* trabalha com 0.83% de horas, assim teremos mais de 500 (quinhentas) aulas. Isso porque o *campus* não trabalha com uma hora de aula exato, o que somaria 500 (quinhentas) aulas exatas. Feito isso o *campus* terá o número de aulas no semestre inteiro. A Presidente informou que durante o semestre existem 18 (dezoito) semanas totalizando 21 (vinte e uma) atividades durante a semana, mas no calendário existem 18 (dezoito) segundas, 18 (dezoito) terças e se dividirem esses dados por semanas o *campus* terá o total de aulas na segunda. Neste caso o *campus* terá a carga horária e o número equivalente da carga horária trabalhada. Isso significa que o docente dentro das 40 (quarenta) horas trabalhadas possui um porcentual de “horas trabalhadas” e dentro deste porcentual “hora trabalhada” o docente tem uma quantidade de “hora aula”. Esses dois dados não são equivalentes porque trabalhamos com a aula de 50 (cinquenta) minutos. Em seguida, a Presidente deu início às apresentações dos 3 (três) cursos que serão avaliados pelo Conselheiros, são eles: Licenciatura em Letras, uma proposição de um curso na área de Gestão e Negócios e um curso na área de Controle e Processos Industriais. Explicou que caso os cursos sejam aprovados pelos Conselheiros eles ainda seguirão por um fluxo determinado pela Pró-reitoria de Ensino, a PROEN e somente depois vai para análise do Conselho Superior – CONSUP, o qual irá decidir se emitirá a portaria de autorização ou não. A Presidente prosseguiu informando que a apresentação será de acordo com a ordem da solicitação das propostas, ou seja, primeiro a apresentação do curso de Licenciatura em Letras, em seguida o curso de Gestão e Negócios e por último o curso na área de Controle e Processos Industriais. Neste momento a Presidente convidou o professor Ricardo para fazer a primeira apresentação do curso de Licenciatura em Letras. Ele iniciou apresentando o Projeto de Criação do Curso e explicou que iria explicitar os trechos mais importantes, pois ficaria bem claro o que eles estão propondo, em seguida, o professor leu a

justificativa do curso. Destacou que “a questão da formação inicial e continuada foi tida como mola propulsora para a criação do Institutos Federais, uma vez que a problemática no campo da formação de professores já se apresentava nesse contexto, sobretudo nos documentos do Ministério da Educação. Um exemplo é o documento ‘**Escassez de Professores no Ensino Médio: propostas estruturais e emergenciais**’, que apresenta um panorama do número de professores formados para a educação básica em 2007 e destaca a carência de docentes”. De acordo com o professor, esses dados mostram que é importante ofertar o curso, principalmente por existirem muitos professores ministrando aula sem possuir a titulação adequada. Outro tópico importante é que com a criação dos Institutos Federais, a Lei determinou a destinação de 20% (vinte por cento) de suas vagas para a oferta de formação de professores. O professor Ricardo explicou que na região metropolitana existe apenas uma faculdade pública que oferta o curso de licenciatura em Letras e outras faculdades que oferecem o curso na modalidade Educação a Distância – EaD, e, além disso, a taxa de evasão é baixa em comparação a outros cursos de licenciatura. O professor completou informando que o curso de Letras é procurado por candidatos que querem conquistar seu primeiro diploma de graduação e também por outros que buscam no curso de Letras uma segunda formação. Apontou que o curso é economicamente viável para o *campus*, pois boa parte da estrutura necessária já existe. O professor Ricardo prosseguiu com a leitura do Projeto de Criação do Curso (**em anexo**), do objetivo do curso, perfil do profissional, perfil do egresso e explicou que aquela parte da apresentação seria mais informativa. Comentou que o esperado dos formandos em Letras é que eles tenham domínio da Língua Portuguesa, nos registros oral e escrito, quanto à produção e recepção de textos, reflexão crítica sobre a linguagem, nas abordagens sócio-histórica-cultural e político-ideológica; conhecimento crítico de teorias linguísticas e literárias, para a fundamentação de práticas pedagógicas e investigativas; capacidades técnicas atualizadas de acordo com as dinâmicas do mercado de trabalho; visão crítica dos contextos interculturais; conhecimentos fundamentais em Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs); domínios dos saberes pedagógicos fundamentais para os processos de ensino-aprendizagem no ensino fundamental e médio; domínio de métodos e técnicas pedagógicas para a atuação em diferentes níveis de ensino. O Diretor de Ensino, José Marcello, perguntou se a carga horária do curso era de 3.200 (três mil e duzentas) horas com estágio obrigatório. O professor Ricardo confirmou e acrescentou que 3.200 (três mil e duzentas) horas é a carga horária mínima. O professor Gabriel questionou se há previsão para fazer parcerias com escolas da região para estágios. O professor Ricardo informou que existe essa intenção e que tem também a perspectiva de vários projetos de extensão e citou como exemplo o Café Literário, o Cinema Comentado, a Oficina Permanente de Produção de Textos e a previsão de ter outras oficinas para comunidade externa. A professora Raquel comentou que para ter o curso de licenciatura vai precisar de mais 6 (seis) professores da área. A Presidente perguntou se algum Conselheiro gostaria de fazer mais algum questionamento, ninguém se manifestou. Em seguida, iniciou-se o processo de votação para a proposição da criação do curso de Licenciatura em Letras e todos os 07 (sete) Conselheiros presentes votaram a favor. A Presidente Wanderci explicou que o professor Ricardo não poderia votar, por ser o maior interessado na aprovação. Em seguida, a Presidente convidou a professora Camila para fazer a apresentação da área de Gestão e Negócios (**documento em anexo**). A professora Camila comentou que iria fazer uma dinâmica diferente do que foi apresentado pelo professor Ricardo. Ela comentou que já faz algum tempo que existe um debate com a ideia de mudar o Curso de TPG (Tecnólogo em Processos Gerenciais) para o curso de bacharelado em Administração, uma vez que o curso de TPG é um “mini” bacharelado em Administração. Ao longo do tempo, eles vêm notando que o curso não está dentro da realidade socioeconômica dos alunos. Isso pode ser confirmado com a primeira turma que formou apenas 4 (quatro) a 5 (cinco) alunos, o número de egressos não chega a 20% (vinte por cento) daqueles que entraram. Além de notar que o mercado de trabalho não abraça os alunos formados, porque eles não podem assinar como responsável dentro das empresas, estas preferem contratar um administrador que possui uma visão mais abrangente, podem tomar decisões e assinar como responsável. Além disso, o administrador pode ter o registro no Conselho de Administração. Então, segundo a professora, já que temos o curso de TPG que é um “mini” curso de bacharelado em Administração e que não muda a realidade dos nossos alunos, por que continuar oferecendo algo que não está gerando fruto? Foi observado que na primeira oportunidade os alunos evadem do curso. De acordo com a professora, com o curso de bacharelado em Administração os alunos ficariam mais profissionais e tenderiam a pensar em novos empreendimentos, ficando mais competitivos. A professora prosseguiu informando que “o grande gargalo que o SEBRAE chama de taxa de mortalidade infantil das indústrias é que em menos de 5 (cinco) anos as empresas vão à falência e tem que fechar as portas. Por falta de capital de giro as empresas não conseguem fazer projetos para conseguirem financiamento.” Ainda de acordo com a professora, o administrador dentro da empresa consegue ter essa percepção e consegue gerar bons frutos. Ela questiona “Então porque oferecer menos se podemos oferecer mais?”. A ideia de criar este curso é de oferecer mais nesta micro

região. Se fizer uma análise, notamos que os principais cargos de engenheiros e gerentes que trabalham dentro das grandes empresas que estão na cidade de Sabará residem na cidade de Belo Horizonte. Isto acontece porque não encontramos pessoas qualificadas da cidade de Sabará para trabalhar com gestão nas grandes empresas que estão dentro da cidade. Sendo assim, o Sabarense não consegue ascender dentro da pirâmide técnica, sendo considerado sócio técnico, pois ele sabe operar, ele ocupa este cargo, mas não passa além disso. Um outro estudo que fizemos desde o ano de 2014 é que existem 24 (vinte e quatro) empresas metal mecânicas, as quais foram constituídas a partir de funcionários que saíram da empresa Belgo Mineira, quando ocorreu a mudança desta propriedade para a empresa Indiana. De acordo com o diagnóstico que fizemos, destas 24 (vinte e quatro) empresas, notamos que elas passam por dificuldade financeiras e muitas usam artimanhas para mudarem a razão social, pois muitas não conseguem entrar em novas competições pois tem algum tipo de dívida, algum tipo de saldo devedor na União. Não conseguem emitir a Certidão Negativa de Débito – CND, como consequência estas empresas utilizaram os documentos dos filhos para constituir uma nova empresa e continuar ofertando para tentar entrar nos processos de licitação. Após esta análise nós atentamos que faltam profissionais qualificados para buscar negociações para estas empresas. Concluímos que para as empresas inovarem, elas precisam de projetos e vários canais que vêm do subsídio público e estas empresas não sabem fazer isso. Elas não tem projetos consolidados para fazerem estes tipos de financiamento. Por isso, o curso de Administração de empresa é importante principalmente pelo contexto sócio econômico, além de conseguir um maior número de egressos e isso o curso de TPG (Tecnólogo em Processos Gerenciais) não está conseguindo. Além disso, fizemos uma pesquisa com os alunos do curso técnico em administração do *campus*, e muitos deles disseram que se o curso superior de Administração fosse ofertado eles iriam fazer. Isso indica que temos 60 (sessenta) possíveis alunos para entrarem no curso de bacharelado em Administração que já conhecem a qualidade do nosso ensino. Com isso fica mais fácil constituir uma pós graduação que convirja para outras áreas, como, por exemplo, a pós graduação em Gestão Escolar, pós graduação em Projetos e futuramente um Mestrado Profissional. Outra justificativa é que o nosso corpo docente tem muitos professores doutores, é um curso consolidado, teria mais consolidação no eixo de pesquisas e a criação de uma empresa Junior e a criação de um centro de inovação junto com a área de Engenharia de Controle e Automação. Nós iremos trabalhar no curso de bacharelado em Administração de acordo com a Resolução de 2005 referente ao curso de Administração, porque as diretrizes curriculares já tem os pontos importantes dos egressos. Também pretendemos trabalhar com a literatura de um professor da Unicamp o qual apresenta alguns determinantes para criar o curso de Administração. A primeira coisa é que o estudante que forma neste curso terá o poder de tomada de decisão, ou seja, uma tomada de decisão clássica do administrador é saber planejar, direcionar, organizar e controlar, e, como os egressos tem que estar motivados para trabalharem com propostas a longo prazo e setoriais e como nós temos avançado em pesquisas e entendemos melhor o que acontece com os municípios, além de ter o professor Lucas Maia que trabalha com o NIDES (Núcleo de Inovação e Desenvolvimento Empresarial de Sabará), concluiu que os proponentes poderão traçar uma política setorial para o *campus*. Temos também a professora Daniela Fantoni que é turismóloga, ela pode agregar ao curso como, por exemplo, com o plano diretor de turismo. O curso então seria ofertado em 2020 e a professora Camila pede que ele seja inserido no PDI 2019/2023 (Plano de Desenvolvimento Institucional) que está sendo construído. Um outro ponto de vista é que os cursos de tecnologias são cursos de catálogo. Que são disponibilizados pelo MEC de “tempo em tempo” para atender a demanda em um certo período de tempo e espaço. Estes cursos de catálogo tem prazo de validade. Se avaliarmos a questão política, econômica e social, nós percebemos que o bacharelado em Administração vai dar mais continuidade porque ele já tem suas diretrizes curriculares mais definidas e estabelecidas. Neste momento, a professora Camila abriu espaço para perguntas. O Conselheiro Gabriel perguntou quantos professores seriam necessários para abrir o curso. A professora Camila explicou que vai precisar de mais um ou dois professores, um para a aula de Gestão de Pessoas e outro professor para lecionar os Fundamentos de Administração. A professora Solange questionou se os alunos do curso de Processos Gerenciais iriam migrar para o curso de bacharelado em Administração. A professora Camila explicou que os alunos do Tecnólogo em Processos Gerenciais têm o direito de terminar o curso e podem pedir transferência interna a partir do segundo período do curso de Administração. A Presidente Wanderci perguntou se mais algum Conselheiro gostaria de fazer pergunta ou acrescentar algum comentário. Como ninguém se manifestou, ela colocou a proposta do curso de bacharelado em Administração em votação e todos os Conselheiros votaram a favor. Em seguida, a Presidente Wanderci convidou o professor Daniel. Ele saudou a todos e disse que iria apresentar a proposição do curso no eixo tecnológico: Controle e Processos Industriais. Ele apresentou o Projeto da Criação do Curso Técnico em Eletrônica na modalidade subsequente e informou que iria destacar as partes mais importantes. Nesta modalidade o aluno já tem o segundo grau completo e apenas volta para capacitar na modalidade técnica. Após várias análises

realizadas, chegaram à conclusão que esta é a melhor modalidade de curso para ser ofertado. O curso é do eixo tecnológico e a duração é de quatro semestres. Carga horária total de 1.200 (um mil e duzentas) horas e será ofertado no horário noturno. A previsão da oferta do curso é para o ano de 2019 segundo semestre com 40 vagas. O egresso poderá atuar em diversas áreas como, por exemplo: moveleira, alimentícia, metal mecânica, de extração mineral, siderúrgica, de automação predial, sanitária e ambiental, de tráfego urbano, de logística, de comunicação, comerciais, de processo de automação em serviços públicos e na concepção de sistemas informatizados. A vantagem do curso subsequente é que os alunos tem imersão direto no mercado de trabalho, pois geralmente os alunos que fazem o curso já estão trabalhando na indústria como curiosos e esta é uma oportunidade para se profissionalizar, sendo mais valorizado no mercado de trabalho. Outra justificativa é o fechamento do curso Sesi-Senai na cidade de Sabará, que oferecia curso nesta área. A professora Camila comentou que o marido dela trabalha na empresa Vale e percebeu que os servidores que possuem um curso técnico chegam a ganhar até 40% (quarenta por cento) a mais em comparação aos que não tem o curso. O professor Daniel explicou que os docentes do curso de Engenharia de Controle e Automação podem ministrar aulas no curso subsequente, pois no primeiro ano do curso a carga horária é baixa. Diante disso, os professores podem lecionar no curso técnico em eletrônica subsequente. Além de não cair o RAP do *campus*. Se ao longo do curso, notar que não ocorreu reprovação, teremos a possibilidade de abrir uma outra turma. O Conselheiro Gabriel perguntou qual seria a perspectiva da comunidade de Sabará em relação a este curso, pois o curso vai abrir devido a demanda da necessidade e depois que a primeira turma formar o curso será encerrado. A Presidente Wanderci explicou que é só divulgar que o curso é temporário. É melhor oferecer o curso do que não ofertar, concluiu. Depois podemos fazer uma análise, referente à continuidade do curso. O professor Daniel comentou que além de aumentar o número de alunos ofertando o curso para a comunidade, também vai aumentar o RAP. Isto em comparação ao curso FIC que possui o custo alto e não tem o peso do diploma do curso técnico. Aproveitando a oportunidade, o professor Daniel, manifestou interesse em pedir novas vagas para o curso técnico de integrado na área de eletrônica. A Presidente Wanderci explicou que vai precisar abrir mais dois cursos integrados e informou que o curso que o professor Daniel está pedindo é um curso que seja da área técnica em eletrônica, qualquer outra área que for abrir, vai precisar de mais três professores da área técnica. A Conselheira Michelle comentou que poderia deixar para outra reunião a discussão sobre a possibilidade de abrir outro curso integrado. A Presidente explicou que não tem a possibilidade de abrir outros tipos de curso. Ela informou que não há como abrir a função de coordenador para ser paga. “Não vamos abrir curso que não tem o coordenador, a não ser que os coordenadores sejam voluntários.” A Conselheira Michelle sugeriu que em uma próxima reunião seja discutido em uma outra pauta e que poderiam terminar primeiro a proposta do curso subsequente em eletrônica. O professor Daniel prosseguiu e solicitou a formalização do curso subsequente em eletrônica no eixo Controle e Processos Industriais. A Presidente Wanderci solicitou que os Conselheiros votassem a favor ou contra a continuidade do projeto e todos os Conselheiros votaram a favor. Para fechar a reunião, a Presidente Wanderci explicou que tem um indicador que precisa ser colocado no relatório (o qual foi encaminhado por e-mail), tem também o número de professor direto, que é o número de alunos dividido pelo número de professores no *campus* que dá o parâmetro de 20 (vinte) alunos para cada professor. Foi enviado para os Conselheiros a planilha do cálculo de RAP e os eixos dos cursos IFMG *campus* Sabará. A discussão do PDI já está acontecendo, por isso é muito importante que todos fiquem sabendo, porque vai ajudar na elaboração da perspectiva de novos cursos. Com o modelo que temos hoje pelo MEC nós podemos ter 70 (setenta) professores e 45 (quarenta e cinco) técnico-administrativos. Mas hoje nós temos destes 70 (setenta) professores apenas 46 (quarenta e seis) aqui no *campus*. Sendo que os 04 (quatro) professores que estão para chegar são para o curso de Engenharia de Controle e Automação, 06 (seis) professores vão para o curso de licenciatura, 11 (onze) professores para a Formação Geral e 03 (três) professores vão para a disciplina de Artes e também para cobrir a carga horária dos cursos técnicos, fechando assim os 70 (setenta) professores. Assim, podemos delinear a abertura de mais dois cursos técnicos integrados no *campus*. Por isso nós iremos discutir durante o período do PDI. A Conselheira Michelle comentou que ao invés de abrir um novo curso, podemos também pensar em ampliar algum curso que já existe no *campus*. Como, por exemplo, o curso técnico em informática ou abrir outro, por exemplo: curso técnico em redes, e que não precisamos necessariamente abrir dois cursos idênticos. Concluiu que é neste sentido que precisamos discutir e que podemos refletir mais sobre esta questão. Se for para esta linha de pensamento nós teremos que lembrar que os coordenadores dos cursos não terão FCC, ficando um coordenador para dois cursos. A questão de abrir mais dois cursos integrados é muito importante porque hoje nós temos um elemento pedagógico muito crítico que é ter apenas um professor de Química, um de Biologia, um de História. Esse fator é muito entediante para os alunos, pois por melhor que o professor seja ele vai dar aula para o primeiro, segundo e terceiro ano. Os alunos vão ficar com estes mesmos

professores todo o ano letivo durante três anos. Então, a Conselheira Michelle, gostaria de fechar com os conselheiros esta nova composição de ter mais dois cursos de técnico integrado. A Conselheira Michele comentou que seria sem a definição do nome do curso. A Presidente confirmou que seria sem a definição do nome dos cursos, pediu apenas para votarem que seria aberto mais dois novos cursos de técnico integrado. A servidora convidada, Érica Melanie, comentou que se fosse abrir um novo curso seria mais demorado o processo do que uma nova turma. A Presidente comentou que se fosse aprovado novos cursos do técnico integrado, seria colocado no PDI que os conselheiros gostariam que no ano de 2020 fosse aberto esses cursos no *campus*. E prosseguiu informando que “se entra mais turma entra mais dinheiro para investir nos laboratórios”. A Conselheira Michelle explicou que se tem mais curso, também aumenta o consumo e conseqüentemente não vai ter tanto dinheiro assim. Segundo ela, a equação não fecha, pois vai 30% (trinta por cento) para a contratação de terceirizados, luz e outros. A Presidente Wanderci concordou com a Conselheira Michelle e comentou que teremos que aprender a trabalhar com isso, pois chegaremos no modelo de 70 (setenta) professores no *campus*. Após todos os esclarecimentos a Presidente colocou em votação a inclusão de mais dois cursos técnicos integrados no *campus*, os quais terão o nome definido posteriormente. Na votação 06 (seis) Conselheiros votaram a favor e houve 02 (duas) abstenções. Sendo aprovado a proposta do curso técnico integrado. E nada mais havendo a tratar, a Presidente finalizou a reunião às 16h30min e eu, Flávio Roberto Nicolau de Mendonça, lavrei a presente ata que, se achada conforme, será devidamente assinada pelos presentes.

Conselheiros:

Wanderci Alves Bitencourt

César dos Santos Moreira

Daniel Bruno Fernandes Conrado

Gabriel Felipe Cândido Novy

Glauco Douglas Moreira

José Marcello Salles Giffoni

Michelle Adriane Silva de Oliveira

Ricardo Machado Rocha

Convidados:

Camila Cristina de Paula Pereira

Daniel Neves Rocha

Diego Oliveira Miranda

Érica Melanie Ribeiro Nunes

Felipe Oliveira Luzzi

Filipe Bravim Tito de Paula

Glauce Soares Mendes

Maria Aparecida Dias Venâncio

Raquel Aparecida Soares Reis Franco

Solange Auxiliadora Souza Carli.

Sabará, 12 de abril de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Roberto Nicolau de Mendonça, Técnico de Secretariado**, em 12/04/2019, às 09:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Glauco Douglas Moreira, Responsável pelo Setor de Tecnologia da Informação**, em 12/04/2019, às 10:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Machado Rocha, Professor**, em 12/04/2019, às 11:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe de Oliveira Luzzi, Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - EBTT**, em 12/04/2019, às 15:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Michelle Adriane Silva de Oliveira, Diretora Geral Pro Tempore**, em 12/04/2019, às 17:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Marcello Salles Giffoni, Diretor(a) de Ensino, Pesquisa e Extensão**, em 14/04/2019, às 14:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Erica Melanie Ribeiro Nunes, Técnica em Assuntos Educacionais**, em 15/04/2019, às 17:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cesar dos Santos Moreira, Bibliotecário**, em 15/04/2019, às 18:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Neves Rocha, Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - EBTT**, em 15/04/2019, às 18:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luciane Silva de Almeida, Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - EBTT**, em 15/04/2019, às 19:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **0294435** e o código CRC **B9F22AEF**.

23714.000396/2019-62

0294435v1